



Testemunho

«Não hei de morrer sem saber qual a cor da liberdade»





JORGE DE SENA,
LEMBRANÇA DE UM ENGENHEIRO CAMONIANO

Luiz Costa Lima*

1. Há convites que nos perturbam porque temos pouco a dizer; outros, em troca, porque não sabemos o que eliminar. O convite para participar nesta mesa inclui-se no segundo caso: se a minha relação pessoal com Sena foi curta, a reflexão sobre sua detalhada análise de Camões seria demasiado longa. Posso, por isso, tratar da primeira sem a censura do tempo, enquanto a segunda limitar-se-á ao mínimo para que, sem perda do sentido, não os mate de tédio.

A lembrança de meu único encontro nos remete ao Recife, em agosto de 1960. Realizava-se então o 1.º Congresso de História e Crítica Literária. Sua grande estrela era Jean-Paul Sartre, acompanhado de Simone Beauvoir. Mas, para que haja um congresso, é preciso que, ao lado da estrela, haja comunicações, iluminadas ou não. Quando se abriram as inscrições para a mesma, apresentei o meu nome, acompanhado de um texto de que já não lembro. Embora não creia que ali fizesse alguma declaração revolucionária, ali começaram meus choques com as instituições acadêmicas nacionais. Não sei por quê e nunca me foi explicado, embora a comunicação tivesse sido aceite e agendada para certo dia, na sessão que lhe antecedia sempre se avisava que minha participação ficava para outro dia. Assim se deu pelo menos duas vezes. Muito jovem, inexperiente e desconhecedor dos administradores do evento, já previa que o mesmo se encerrasse sem a minha estreia em reuniões de tal ordem. Que fazer? A quem recorrer?

É aqui que Jorge de Sena entra em meu relato. Certo dia, quando já se aproximava o cume do evento, com a esperada conferência de Sartre, fui procurado por um pequeno grupo de participantes. Lembro-me de muito poucos. Sei, com certeza, que, entre eles, estava o paulista Mário da Silva Brito, que conhecia por sua *História do Modernismo Brasileiro* (1958) e os exilados portugueses, Adolfo Casaes Monteiro e Jorge de Sena, que ensinavam no interior de São Paulo. Eles se diziam indignados com as negações a que minha pobre comunicação era submetida e me mostraram a declaração em que exigiam que ela fosse apresentada. (Não recordo se teriam lido minha comunicação. É provável que o conjunto dos *papers* houvesse sido distribuído entre os participantes.) Assim fizeram, sua opinião foi acatada e eu tive a oportunidade de expor o que tinha escrito.

*Professor da Universidade Estadual do Rio Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Se não lembro de que tratava ou por que era desagradável aos organizadores do Congresso, hoje lamento que não tenha tido a ideia de tirar uma cópia do documento. Assim teria a prova de que minha estrela *gauche* já se manifestava, sem que eu soubesse o porquê, quando eu tinha apenas 23 anos. Mas, em vez de lamentar estreia sob tal transtorno, antes me alegro saber ter sido essa a razão que me aproximou de Casaes, de Jorge de Sena e sua senhora. Em virtude do acidente, passei a ter um certo trato com eles. Lembro-me de haveremos ficado, Jorge de Sena, senhora, alguns amigos e eu, até tarde da noite em um restaurante em Olin-da. Deste encontro, o dado que melhor recorde é a impressão em mim causada pela incrível memória de Sena que, durante horas, recitava poemas de Fernando Pessoa. (Depois, minha admiração aumentaria ao saber que o próprio Sena era poeta, sem que então se referisse a seus livros.)

O que lhes conto, foi, na verdade, meu único contato pessoal com Jorge de Sena. Talvez seu recital pessoano tenha me inibido para que me correspondesse com ele. Não sei se foi isso que se deu. O fato é que, tendo viajado pouco depois para a Espanha, passei a me corresponder apenas com Casaes Monteiro. De Sena, contentei-me em ser seu esporádico leitor.

É aqui que então começa a se impor a restrição de que tratava ao iniciar esta fala. Limitar-me-ei a tratar de sua abordagem de *Os Lusíadas*, e ainda assim, sem completar o que já escrevera, que deverá ser guardado para um estudo que ainda pretendo desenvolver. Usarei, para isso, a versão que Mécia de Sena reuniu no livro *A Estrada de «Os Lusíadas» e Outros Estudos Camonianos e de Poesia Peninsular do Século XVI* (1980). Não explorarei bastante o que nele mais me impressiona: o contraste entre a análise relativamente curta da sociedade portuguesa do Quinhentos (sobretudo do estamento reinante, que se estendia às letras ilustres) e o estudo propriamente dito da épica camoniana. Como isso exigiria um tempo de que não seria justo que dispusesse, apenas armo o esquema. Quanto à análise sócio-histórico, Sena mostra que Camões pertencia ao caráter familista do estrato reinante – pertencia e, até porque não se apresentava alternativa, o endossava. Através da detalhada verificação dos laços genealógicos que ligavam as grandes família entre si, o analista acentuava que o próprio Vasco da Gama era seu parente – «herói do poema, o Gama permitia a Camões, por sua avó Guiomar Vaz da Gama, ser parte familiar do feito que celebrava» (SENA, 1980: 40). Mas tampouco as ligações familiares se encerravam com o grande protagonista, pois os heróis que Théthis menciona foram cuidadosamente selecionados, se não pelo caráter único do heroísmo, sem dúvida por especial deferência, para com os interesses familiares e áulicos de Camões» (SENA, 1980: 46-47).

Do ponto de vista analítico, torna-se então decisivo perguntar-se sobre o grau de integração que tinha o poeta com a sociedade assim estreitamente familista. A questão assume um caráter de grande importância porque a tendência, ao



menos a atual, seria entender que tal amplo familismo de algum modo far-se-ia presente no poema. É aqui que entra o primeiro esclarecimento que julgamos decisivo. Se Camões estava integrado a essa «estrutura nobiliárquica da sociedade senhorial», a ela porém não estava ligado por algum estado, comenda, morgado ou senhorio, senão apenas pelo parentesco (SENA, 1980: 49). O que vale dizer, pertencia a essa «enorme massa de aristocracia menor», cuja vida estava longe de ser fácil. Nas palavras de seu analista:

[Essa gente] dependia constantemente de favores, de comissões, de tenças, ou mesmo de ofertas de roupa ou de comida, que eram hierarquicamente habituais (as rainhas davam os vestidos velhos às damas, etc.). Era uma miséria mal dourada, vivida ao deus-dará muitas vezes, e com as suas horas extremamente marginais socialmente. Ainda que sempre na distância nobiliárquica com o povo [...] (SENA, 1980: 49).

As anotações transcritas são preciosas. Por isso mesmo é tanto mais estranho que a abordagem de *Os Lusíadas* pelo autor se cumpra conforme parâmetros bem diversos. Ao dizê-lo, não pretendo dar a entender que seria desejável que Sena houvesse desenvolvido uma análise histórico-sociológica, mesmo porque reconheço quão desastrosas eram as tentativas então feitas neste sentido, em plano internacional. Mas isso não diminui minha perplexidade ante a escolha analítica de Sena. Respaldando-se em que, na década de 1960, de quando datam suas primeiras versões das partes constitutivas da abordagem de *Os Lusíadas*, o estruturalismo era, nas ciências humanas e na crítica literária, uma onda avassaladora, sua condição de engenheiro lhe fornecia a facilidade para a realização de aproximações matemáticas. Isso então lhe parecia suficiente, fosse para criticar seus colegas que aderiam ao estruturalismo sem maior informação matemática, fosse para apreender o que seria a estrutura do poema. Assim, na procura de melhor fundamentar a grandeza de *Os Lusíadas*, Sena enfatizava a extrema proximidade numérica das estrofes de cada Canto, a correspondência algébrica de suas duas partes (os Cantos I a V e VI a X, respectivamente), a peculiaridade do Canto V, «charneira entre o passado e o futuro» (SENA, 1980: 85) etc. Ao assim fazer, tomava a análise estrutural, desenvolvida a partir da antropologia lévi-straussiana, como o correspondente contemporâneo da clássica estética das proporções geométricas, a tal ponto empregada pelo poeta que permitia a seu estudioso falar em uma «aritmofia» camoniana. Pelo menos, um destes resultados parece de fato alcançar o resgate da intenção autoral. Refiro-me à passagem relativa à presença do «número de ouro» no poema. Sena a ele chega por um raciocínio na verdade bastante simples: multiplicando-se o número de versos de *Os Lusíadas*, ou seja, 8816, pelo que os antigos consideravam como «o índice da proporção justa e perfeita» (SENA, 1980: 176), ou seja, 0,618, chega-se ao número 5448. Isto é, ao verso 6 do Canto VII, estrofe 15. De que consta ele se não da alusão à chegada de Vasco da Gama à Índia (SENA, 1980: 171)?





Sena recorre à mesma aritmosofia, de fundo renascentista-neoplatônica, em nove outras passagens, com o consequente destaque de outros versos então considerados capitais. Em suas palavras:

Estes dois pontos marcam nitidamente a progressão da Fé, do encontro dos tempos, de Portugal feito Nação à sombra tutelar do seu fundador, das tentativas em direção à Índia, do valor humano de resistência e domínio das forças naturais, do heroísmo gratuito e cavalheiresco, do passado Oriente, das dúvidas que o comportamento português suscita, do prêmio divinizador, no sentido de transmutação mítica em que tudo se funde: História, Escatologia, Poesia, Filosofia, Cosmologia, na visão da Máquina do Mundo. (SENA, 1980: 173)

Admitamos que os cálculos de Jorge de Sena estejam corretos e que, por eles, tenha captado proporções geométricas intencionadas pelo poeta. Mas que isso significa? Tem menor importância declarar que tanta mais correta for sua demonstração tanto menos ela tem a ver com o estruturalismo que julgava profesar. A noção de estrutura em Lévi-Strauss supunha uma ordenação, por certo geométrica e matematizável, porém gerada pelo inconsciente. (Daí haver-se depois dito que, para Lévi-Strauss, o inconsciente era cibernético.) O que, portanto, Sena apresenta como adequado à intenção camoniana, seria o que o Lévi-Strauss chamaria seu «modelo consciente». Mas a conclusão ocupa uma posição secundária, pois apenas ressalta que o que Sena entendia por estrutura estava bem distante do que então o estruturalismo se propunha. Antes de irmos ao ponto de discordância mais forte, ainda observemos: Jorge de Sena ressaltava o cálculo aritmético porque acreditava assim poder se contrapor ao impressionismo da crítica, isto é, a achados que se pretendiam objetivos sem que tivessem condições de sê-lo. Seu desafio ao impressionismo era justo; o mesmo não se poderá dizer de seu resultado.

Venhamos então à discordância mais forte. Que apresenta a passagem capital da página 173, há pouco transcrita, senão a encarnação perfeita e acabada do propósito ideológico que alimentava o poema? Se é próprio da ideologia distorcer a realidade para que ela caiba e justifique os interesses do estrato social dominante, seja um estamento ou uma classe, então o que, com Lévi-Strauss, chamamos de «modelo consciente» é a ideologia a serviço da qual o poema circulava. Lamento ter de ser aqui bem esquemático. Ora, que é que afasta o mundo culto contemporâneo de *Os Lusíadas* senão sua glorificação do expansionismo luso em nome da «progressão da Fé»? Vista por este prisma, a observação de Ezra Pound merece uma atenção maior do que lhe tem sido dada. «Um poema épico», dizia Pound ainda em 1910, «não pode ser escrito contra a corrente de seu tempo (*against the grain of this time*): o profeta ou o satírico pode-se manter arredio a seu tempo ou se opor a ele, mas o épico há de exprimir a opinião corrente» (POUND, 1910: 216). Daí o resultado paradoxal: ou Pound está certo e Sena, com



o propósito de objetivar a grandeza de *Os Lusíadas*, demonstrou que sua glória é equívoca, ou haveremos de voltar ao poema e verificar como, sem negar por completo seu lastro ideológico, *Os Lusíadas* ultrapassam a aritmosofia que Sena, melhor do que ninguém, soube demonstrar.

2. O objeto introduzido de passagem nestas lembranças, a revisão d'*Os Lusíadas*, é bastante considerável para nos restringirmos aos reparos então feitos. Trata-se nada menos do que desvencilhar o grande poeta português da ganga patriótico-gramatical que tem tornado sua leitura quase insuportável. Para isso, serão consideradas duas etapas, aqui ainda de modo provisório: (a) o ensaio de Helder Macedo de 1980 sobre o poema épico, (b) sua nova abordagem em «A poética da verdade d'*Os Lusíadas*» e o ensaio de Fernando Gil, «O Efeito-*Lusíadas*», ambos no livro que os dois autores vieram a editar, *Viagem do olhar. Retrospecção, visão e profecia no renascimento português* (1998).

Para a função de releitura crítica do poema, é inicialmente importante acentuar com o autor que, à diferença do cânone épico, o poeta não se limita a narrar um feito glorioso para sua comunidade senão que intervém pessoalmente, sendo essa personalidade integrada ao caráter de seu referente: «Não é o Portugal que partiu na aventura mas o Portugal que está a ouvir sobre a aventura. [Pois] referente e destinatário coincidem» (MACEDO, 1980: 35). Estar de acordo com essa diferença, contudo, não se prolonga no que Helder Macedo dirá sobre a «viagem iniciática» realizada no poema. Se, n'*Os Lusíadas* o iniciático, como observa Macedo, se reduz à «viagem propriamente dita», perdendo seus momentos inicial, «a chamada», e o final, «o regresso», era tanto porque o próprio poeta assumia sua presença, quanto porque o iniciático não se cumpre pela aventura passada, senão pela futura para a qual seus contemporâneos são convocados. Estou de acordo com a relação entre a intervenção pessoal e o caráter não apenas rememorativo do poema. Nisso entranhar-se-ia a dimensão crítica do poema. Parece-me que por desenganar-se da tarefa de procurar fazer do poema um veículo para o reconhecimento pela comunidade de ser o poeta «seu herói e mensageiro» (MACEDO, 1980: 38) – «No'mais, Musa, no'mais, que a lira tenho / Destemperada e a voz enrouquecida, E não do canto, mas de ver que venho / Cantar a gente surda e endurecida» (CAMÕES, 1572, X, CXLV) – e, sobretudo, pela tentativa camoniana de fundir sua antecipada concepção do amor como potência de eros, magnificamente realizada em sua lírica, com o amor cívico, agora cumprido pelas figuras exaltadas no relato da viagem iniciática. Se não sou eu que me engano, por aquela busca e essa fusão, o papel crítico assinalado perde. Assim a visão do analista ainda me parece comprometida com o modelo oferecido pelo neoplatonismo renascentista, que, através do humanismo cívico, ainda permitia que os arroubos críticos do poeta pudessem passar pelo controle da Contra-Reforma. «A viagem

simbólica através do amor que Vênus sobrepôs à rota geográfica dos navegantes, [que] estava ainda por completar quando as naus começaram a regressar com rumo à pátria» (MACEDO, 1980: 47), indica, se não me engano, o coroamento da falência crítica que terminou por se impor a *Os Lusíadas*.

Para sorte dos que permeneceriam insatisfeitos com os resultados então alcançados, no segundo ensaio de Helder Macedo que escolhemos, o panorama interpretativo muda bastante. A afirmação contida no ensaio – (Camões foi) «um poeta nais da dúvida que da certeza, da ruptura mais do que da continuidade, da imanência mais do que da transcendência e, no fim de sua demanda, de uma fragmentação encontrada no lugar da totalidade desejada» (MACEDO, 1998: 122) afasta a concepção do amor no poema épico como fusão e síntese hierarquizada entre potência de eros e amor cívico. Em troca, acentua-se a discrepância já anotada no ensaio de 1980 entre a épica camoniana e a norma do gênero, pois, em última análise, *Os Lusíadas* remetem a seu autor – nele personagem e não apenas dele narrador – que aí está em posição auto-referencial (MACEDO, 1998: 125). Mais importante ainda que essa presença do autor é a dessacralização da profecia referente à vitória portuguesa na Índia e sua substituição pela ênfase no «mundo finito da linguagem onde se situa o humano entendimento» (MACEDO, 1998: 128), em antecipação em três séculos da afirmação da literatura como discurso autônomo. Destaco, por último, o ponto que me parece fundamental: mostrar *Os Lusíadas* como produto da transformação do confronto dos gêneros pastoril e épico, «que desde sempre haviam servido para significar perspectivas ideológicas opostas» (MACEDO, 1998: 128). O autor não apenas o assinala quanto verifica como se dá seu confronto. Se o pastoril é fundamentalmente apresentado pelo episódio do Velho do Restelo, e a épica pelo que, no mesmo livro, Fernando Gil, chamava de momento da «fundação», Helder Macedo mostra que a perspectiva pastoril *ficou integrada na narrativa épica como «o seu contrário num sujeito»*. E aqui o processo de contrariedade entre os dois gêneros, a submissão do pastoralismo ao épico e sua rebelião atingem o auge: submissão porque o pastoralismo se põe a serviço do nefando princípio da «guerra justa» com que a cristandade justificava a expansão lusa, ao mesmo tempo que, identificando-se o autor-personagem com a divindade rústica de Sileno – «Eu que falo, humilde, baxo, rudo» (CAMÕES, 1572, X, CXLV) – assume a posição de veemente discordância, dessacralizadora da heroicificação da viagem dos Gama.

Não terei aqui espaço para escrever com mais detalhes sobre a *réussite* que aí se cumpre, assim como no ensaio de Fernando Gil. Quanto a este, também me limitarei a alguns apontamentos básicos. O primeiro deles é tão eficaz como bem simples. Refiro-me à distinção feita por Gil entre as duas histórias contidas em *Os Lusíadas*: a viagem do Gama (Cantos I-II, IV-X) e a história de Portugal (Cantos II e IV, VIII e parte do X). A essas duas histórias correspondem os momentos de «fundação e viagem». Conquanto «o discurso da viagem insp[ira]-se no motivo da



fundação» (GIL, 1998: 26), eles não são menos que «totalmente opostos» (GIL, 1998: 20). Embora «o perfectivo narrativo é o modo de dizer que a fundação se assenhoreou da viagem», «o *presente vivo* é o tempo dos *Lusíadas*» (Gil, 1998: 22). De que decorre observação que já encontramos no ensaio de 1980 de Helder Macedo: «O canto de Camões é contemporâneo da viagem, e a história passada e futura de Portugal é tornada contemporânea do canto e da viagem» (MACEDO, 1980: 23). Embora não possamos nos demorar, tampouco devemos prescindir do que é fundamental na distinção entre as duas viagens. Dito de maneira sintética: se o valor próprio do momento de *formação* é semântico, no momento da viagem, onde o semântico é dominado pelo morfossintático, aparece um «segundo texto subjacente», i.e., uma semântica dominada, que é *própria à viagem e se opõe à semântica de fundação*. Essa semântica dominada tem por sujeito a descoberta, a poesia e o amor. A formulação de Gil é simplesmente exemplar:

O amor vive-se como uma *realidade alucinada*, literalmente. Os marinheiros que alucinarão mais tarde a Ilha alucinam Adamastor e foi o amor que levou o gingante a alucinar – também ele! – Tétis numa rocha: «[...] crendo ter nos braços quem amava, abraçado me achei com duro monte [...] não fiquei homem, mas mudo e quedo e, junto dum penedo, outro penedo» (V, 56: 2-3, 7-8). «Adamastor, alucinação dos navegantes, alucinou Tétis... Milagre da poesia que consente sonhar dentro do sonho.» (GIL, 1998: 40)

O magnífico reconhecimento da trilha que permite Camões libertar-se dos grillhões contra-reformistas não impede, contudo, o autor de reconhecer que o momento da fundação – que Fernando Gil sempre prefere chamar de «sistema da fundação» – é o da identidade dominante: «Os portugueses são feitos ‘pera mandar’ (X, 152: 4)» (GIL, 1998: 45). Em suma, oposta ao sistema da viagem, o sistema de fundação, detentor da semântica dominante, será o responsável pelo que nos é tão difícil reconhecer: o fracasso do poema:

O pesado e afetado estilo da linguagem da fundação nos *Lusíadas* não é uma questão de gosto [...] nem o código obrigatório do poema épico. A explicação é outra. O reforço puro e simples dos valores semânticos, até à proclamação tautologicamente triunfante do direito de conquista de Portugal, é a maneira mais imediata de disfarçar um fracasso. *E a ideologia não desemboca nunca em poesia.* (GIL, 1998: 50, grifo meu)

Note-se por fim: não é acidental que nosso analista, para fazer justiça a Camões, para desvencilhar-se da retórica vazia que nos afasta do poema, tenha tido de recorrer a algo mais que ao exame da língua e do estilo. Para que ele tivesse condições de acentuar «o pesado e afetado estilo da linguagem da fundação» que prejudica mortalmente *Os Lusíadas* teve de recorrer a algo que não é sequer visível dos que, ao tratar de um texto literário, se restringem a tratar de sua língua e estilo. Como já se disse, não se entende bem uma língua quando só ela é

conhecida. A ideologia é essa ostra que se agarra ao casco da linguagem. Sem seu reconhecimento continuaríamos sem saber identificar a contradição interna que levou a viagem ao naufrágio. Mas algo dele sobrou: precisamente o que a semântica da fundação não conseguiu contaminar.

Resumo: O texto combina a recordação do breve encontro que teve o autor, quando jovem, com Jorge de Sena, então exilado no Brasil e na condição de professor em São Paulo, juntamente com uma rápida apreciação de Sena como um dos intérpretes mais renomados de Camões. Por questão de espaço, o texto trata apenas de *A Estrada de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular*. Se não será o melhor livro de Sena sobre o poeta luso, foi, no entanto, escolhido pela possibilidade que abre de discutirem-se *Os Lusíadas* fora do chavão patriótico-encomiástico.

Abstract: *The text brings together the reminiscences from a brief meeting that the author had once, when he was young, with Jorge de Sena – by then exiled in Brasil and working as a professor in São Paulo – and a brief appreciation of Sena as one of the most endorsed interpreters of the work of Camões. For limited space reasons, the text treats only of A Estrada de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular. If it's not the Best Sena's book about the portuguese poet, it was choose though, for it's possibility to lead to a discussion about Os Lusíadas with the avoidance of the patriotic-economiastic cliché.*

Palavras-chave: Épica. Análise estrutural. O Quinhentos português. Sociedade senhorial. Neoplatonismo renascentista.

Keywords: *Epic poetry. Structural analysis. Portuguese cinquecento. Segnorial society. Renaissance neoplatonism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABELAIRA, Augusto. *O Bosque Harmonioso*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas* (1572), in *Obras Completas*, pref. de Hernâni Cidade, vols. IV e V. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.
- GIL, F. MACEDO, Helder. «O Efeito-*Lusíadas*», cap. I de *Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras, 1998.
- MACEDO, Helder. *Os Lusíadas*, cap. II de *Camões e a Viagem Iniciática*. Lisboa: Moraes Editores, 1980, pp. 33-59.
- MACEDO, Helder. «A Poética da Verdade n'Os Lusíadas». In: *Viagens do Olhar, op. cit.*, pp. 121-141.
- SENA, Jorge de. *A Estrutura de Os Lusíadas e Outros Estudos Camonianos e de Poesia Peninsular do Século XVI* (1970). Lisboa: Edições 70, 2.^a edição, 1980.
- POUND, E.: «Camôens», In: OWEN Peter, *The Spirit of Romance* (1910). Londres: edição revista, 1952.